

**EU TRAVESTI DE NÓS SOBRE NÓS: PRODUÇÃO DE NARRATIVAS DE
HUMANIDADES DE TRAVESTIS EM FORTALEZA,
UM RECORTE DO CASO DANDARA NO JORNAL O POVO**

Dediane Souza¹

RESUMO

Partindo das minhas experiências enquanto sujeita travesti e das vivências no ativismo em defesa dos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), bem como motivada pela possibilidade de articulação de pensamentos, debates e embates emergentes, proponho, nesta pesquisa, levantar as seguintes reflexões: quais as narrativas produzidas pelos veículos de comunicação sobre o assassinato de Dandara? Quais as repercussões do caso Dandara na centralidade do debate sobre assassinatos de travestis e quais as categorias antropológicas, sociológicas e filosóficas atravessam o contexto de violência vivenciada pelas travestis no Brasil? A metodologia seguirá, dentre outras, a seguinte fase: a leitura bibliográfica de autores que dialogam com a centralidade do tema da pesquisa, levando em consideração autoras travestis e negras, feministas negras. O “Eu travesti: de nós sobre nós” é uma proposta de escrita inspirada no exercício de uma construção textual em primeira pessoa articulada com trajetórias coletivas de vidas das travestis, pensando numa construção identitária e permeada pelo ativismo. O caso Dandara exemplifica a luta pela vida das travestis e as violências a que estão sujeitas. Tendo por objetivo analisar as categoriasêmicas e éticas apresentadas nas narrativas humanidades produzidas e veiculadas no jornal O Povo e seus desdobramentos das notícias do assassinato de Dandara em Fortaleza no ano de 2017.

Palavras-chave: travestis. humanidades. corporeidade. Dandara. Jornal O Povo.

¹ Dediane Souza é Graduada em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo pela Faculdade Cearense e Mestranda em Antropologia no Programa Associado de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal do Ceará – UFC e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira – UNILAB.

Eu Travesti: de nós sobre nós

"Nós não somos aquela imagem caricata, não somos aquela pessoa transformista, que está na boate... Nós somos uma pessoa, somos um ser humano" Thina Rodrigues²

Início esta escrita evocando quem sou eu: Travesti. Antes de falar em nós, é necessário me situar e apresentar na minha construção enquanto pessoa que perpassa uma questão individual e coletiva. Por isso, trago Thina Rodrigues como uma grande referência ancestral que me ajudou a me nomear num processo de construção de referências, apresentando-me o universo de possibilidades de construção de corpos e de identidades para além das normas ocidentais de gênero que conhecia até então. Thina, como uma travesti mais velha, estava me possibilitando um conjunto de estratégias para vivenciar a travestilidade e a convivência com outras travestis que foi inaugurada através dela, no sentido da inserção na militância.

Diferente de mim, Thina Rodrigues não acessou a Universidade, mas se fez uma intelectual a partir da vida e da experiência da rua e do ativismo. "Eu sou formada na prostituição. Minha faculdade foi a vida. Eu não recebi conselho de ninguém, caí na vida com dezessete anos." (Revista Entrevista, 2013-2014).

O meu primeiro contato com Thina foi em maio de 2006 numa reunião de construção de uma Parada pela Diversidade Sexual do Ceará³; à época, realizada na sede do Grupo de Resistência Asa Branca - (GRAB)⁴, no centro de Fortaleza, quando me apresentei enquanto "Dedé" e Thina disse de forma enfática que eu não era "Dedé" e sim Dediane. Ela exerceu esse lugar de criar em mim uma referência de que eu poderia

² Thina Rodrigues morreu aos 57 anos por COVID-19; travesti foi pioneira da causa LGBTI+ no Ceará; natural de Brejo Santo, interior cearense, Thina chegou a ser presa por expressar a própria identidade de gênero; ela foi cofundadora da Associação de Travestis do Ceará (ATRAC).

³ As Paradas pela Diversidade Sexual do Ceará são alusivas ao Dia Mundial da Consciência Homossexual (28 de Junho), que faz parte do calendário oficial do município de Fortaleza. O evento é uma realização do movimento homossexual, que, em parceria com os poderes públicos, afirma que a cidadania homossexual e o princípio da livre orientação sexual devem estar no cotidiano de nossas vidas. Disponível em www.grab.org.br acessado em 21 de janeiro de 2022.

⁴ O Grupo de Resistência Asa Branca - GRAB é uma Organização Não-Governamental- ONG, sem fins lucrativos ou vinculação partidária, reconhecida como de Utilidade Pública Municipal. Fundado em 1989, sendo uma das organizações LGBT em funcionamento mais antigas do Brasil, o GRAB tem atuado diretamente ao enfrentamento ao preconceito por orientação sexual, desenvolvendo ações no âmbito da proposição, execução e controle social de políticas públicas, assim como do ativismo em torno dos direitos da população homossexual, Pessoas Vivendo com HIV/AIDS no Estado do Ceará. Disponível em www.grab.org.br/quemsomos acessado em

ser uma travesti. Ou seja: ela me ajudou a criar referências e inserção no mundo do ativismo com o movimento de travestis e no encontro com minha identidade. O “eu” travesti é algo individual e coletivo, no sentido de reconhecimento do se tornar e se perceber por meio das outras, o que denominei “irmandade”⁵. Assim, como Thina, fiz o trânsito do interior do Ceará para Fortaleza. O trajeto de constituição dos meus caminhos para existir perpassa também por esse fluxo no sentido de ser eu através do êxodo, ser eu: Travesti.

Escrever a minha história também é se conectar e contar a história de vida de outras travestis que assim, como eu, se aproximam em termos de percurso. Logo, trago minha trajetória de construção do meu ser identitário, político e de ativismo. Destacando de onde venho. Nasci em Santana do Acaraú (CE), cidade situada na região norte do estado do Ceará. Sou filha de agricultores negros e que não tiveram acesso à educação formal. A quarta filha de seis. Como muitas famílias nordestinas, a migração foi uma alternativa que meus pais viram na tentativa de mudar o contexto de pobreza extrema, seca, fome e desigualdade social. Desse modo acredito ser necessário esse intercruzamento entre a minha trajetória de vida e o contexto social que dão forma as identidades e as particularidades que envolvem o universo da travestilidade. Usarei aqui história de vida enquanto ferramenta metodológica, fazendo com que essa pesquisa parta do “Eu, travesti, de nós sobre nós”, como um processo de transcrição. Logo, dialogando com Suely Kofes e Adriana Piscitelli em Memórias de “Historias Femininas, memórias e experiências”. (1997).

Ao falarmos de gênero, nos situamos simultaneamente no campo de concepções e ações e o consideramos como um operador de diferenças, pensado como um “através”, um meio através do qual se organizam relações sociais, marcando experiências. Quem narra suas lembranças, recria e comunica experiências marcadas pelas diferenciações estabelecidas pelas construções de gênero. Entretanto, dizer que lembrar é recriar experiências marcadas também pelo gênero está muito distante de afirmar uma especificidade da memória feminina, ancorada na biologia ou, no âmbito do social, nos papéis sexuais. Afirmer que o gênero marca as memórias - em narrativas biográficas ou em tradições orais - não é o mesmo que afirmar que as mulheres têm uma lembrança específica enquanto mulheres ou os homens enquanto homens, porque a biologia assim o determina ou porque a divisão sexual de papéis assim os define. (KOFES; PISCITELLI, 1997, p. 347, 348).

As lembranças que tenho transcrito nessa escrita estão atravessadas por narrativas de história de vida de uma travesti ativista que estar cruzada por outras histórias que se conectam, em um encontro de encruzilhadas, que se exemplificam, em

⁵ Irmandade - uma forma de tratamento que utilizo para tratar as travestis no meu cotidiano - “As manas”.

experiências que se acoplam a partir das memórias: sejam relatadas pelo uso da oralidade, biografias, ativismo e documentadas pela imprensa e ou sistematizados por uma escrita em primeira pessoa.

Na construção desta pesquisa estou atravessada nas minhas experiências e nas histórias de vida de outras sujeitas travesti que parte de uma construção de uma memória que é coletiva e que estão diretamente ligadas ao ativismo e a minha construção enquanto sujeita travesti nesse constante movimento entre o individual e o coletivo. Tendo por individual não a marca do privado, mas sim uma construção de coletividade que se mostra por meio do ativismo e pela percepção da luta por existir enquanto um ato público no intuito de resgatar experiências que foram marcadas pela invisibilidade ou muitas vezes tidas como algo não importante para uma construção de saberes, memórias situadas na travestilidade.

Conecto-me ao pensamento da intelectual travesti, negra, gorda, nordestina e de terreiro, Letícia Nascimento (2021), para pensar as construções de nossas identidades travestis a partir de perspectiva de gênero que, atravessado por outras secções, não é uniforme e sim uma construção de corpos: um vir-a-ser, uma forma de ontologia que afirma o porvir como a forma de ser no mundo. O início da construção identitária travesti emerge na infância e passa por construções de performances e experimentação de uma fluidez do que entendemos por gênero enquanto forma de existir, disputando uma ruptura de uma lógica ocidental de papéis sexuais de gênero que são atribuídos aos corpos enquadrados desde a infância. Assim como Letícia, minha infância foi marcada pelas brincadeiras atribuídas às meninas. Bonecas, brincadeiras de rodas, a encenação de uma sala de aula, sempre assumindo um papel de professora, assim como os desfiles com roupas da minha irmã e saltos de minha mãe, sempre presentes na minha interação enquanto criança.

Particularmente, como travesti, tive, desde a infância, uma experiência cruel com o machismo e o sexismo que cerceavam o meu poder de autodefinição, já que não me reconhecia no papel de gênero masculino que me era imposto. Apesar das dores, sempre tive respiros, prazeres clandestinos de uma infância transviada: brincar de boneca, desfilas com vestidos de lençol amarrados, brincar de roda, fazer comidinha com folhas. No encontro com as normas de regulação de meu gênero, a infância foi um laboratório inventivo de outras corporalidades generificadas, isto é, outros modos de produzir corporalidades e gêneros. Compreendendo que não somos naturalmente generificados, mas que há um processo de produção de nós, de nossos gêneros, de nossos corpos. (NASCIMENTO, 2021, p.19).

Descrever a infância de uma travesti é resgatar memórias das periferias das grandes e pequenas cidades, ver programas de TV da época, escutar e dançar as músicas de sucesso do período e imitar artistas que faziam sucesso. Uma infância com pouca ou nenhuma tecnologia informatizada, mas rompendo a lógica da binariedade, em que papéis de gênero eram desobedecidos e ressignificados nas brincadeiras de “crianças transviadas”⁶, como apresenta Letícia Nascimento.

Minha pesquisa caminha numa construção coletiva de identidade travesti a partir das experiências de sujeitas produzidas por meio das margens sociais como uma identidade que se constrói; em um primeiro momento, na infância, passando a reivindicar uma identidade sem relação direta com a genitália, nem pelo enquadramento do outro, muito menos sobre uma perspectiva universalizante de gênero, a qual vivencio desde a infância, por meio das lentes dos outros, no sentido de, hoje, perceber que existem outras possibilidades para além do olhar binário de gênero mulher-homem. No meu olhar, reivindicar a identidade travesti é uma questão política. Eu não reivindico uma identidade guarda-chuva como a de pessoas trans, mas me coloco na posição de autodefinição como sujeita travesti. Penso que a categoria trans não me cabe, assim como a categoria de mulher, como foi produzido anteriormente por intelectuais cisgêneras sobre as experiências de travestis. Acredito que as travestis são categorias identitárias e corporais únicas; tipicamente brasileira e construídas à margem da sociedade. Assim, a partir das minhas experiências, penso a travestilidade enquanto um terceiro gênero.

Pensando nessa categoria, alinhada a uma perspectiva de terceiro gênero, dialogo com a intelectual nigeriana Oyèrónkẹ Oyěwùmí (2021), no sentido da elaboração da categoria travesti como endógena numa perspectiva êmica e ética, formulada e ressignificada a partir das margens do Brasil: as travestis como um terceiro gênero. Como uma construção tipicamente do povo brasileiro, não é reconhecido pela cultura ocidental como um terceiro gênero; isso não significa que não exista, pois, a história sociocultural das travestis, em um prisma êmico e ético mostra que é uma categoria tipicamente do Brasil, no sentido de ser construída e elaborada numa prática identitária e corporais consolidadas através das margens sociais, das vivências cotidianas em periferias de pequenas cidades ou às margens das metrópoles. E aqui repito, de modo a dar saliência: essas identidades são conflituosas dentro do campo

⁶ Crianças que rompem com a performatividade centrada na binariedade de gênero (mulher/homem).

comunitário e da sociabilidade - a exemplo da casa, do convívio familiar, da vizinhança, do ambiente escolar e dos demais espaços de convívio do cotidiano.

As ideias ocidentais são importantes quando categorias sociais não ocidentais são assimiladas pela estrutura de gênero, que emergiu de uma tradição sócio-histórica e filosófica específica. Um exemplo é a "descoberta" do que foi nomeado como "terceiro gênero" ou "gênero alternativo" em várias culturas não ocidentais. O fato de que o "casamento africano de mulheres", o nativo americano "berdache" e a "hijra" sul-asiática sejam apresentados como categorias de gênero e os incorpora à estrutura bio-lógica e generificada do Ocidente sem a explicação de suas próprias histórias e construções socioculturais. (OYĒWŪMÍ, 2021, p. 40-41).

Entendo que o Estado brasileiro não reconhece as identidades travestis como um terceiro gênero, porque primeiramente as ignoram enquanto humanidades e sequer são detentoras do direito a vida. A negação da existência dessas sujeitas é exemplificada, como o não reconhecimento do Congresso Nacional que nunca aprovou nenhuma legislação de garantia ao direito à identidade de gênero, o executivo não tem nenhuma política de resguardar o direito a vida dessas pessoas travestis e muito menos de assegurar direitos tidos como Direitos Universais: educação, saúde e cultura.

Os dados de violência e a exclusão social deixa nítido que o convívio com as violências são práticas comuns das vivências das travestis; romper com binaridade de gênero “mulher-homem” acarreta um conjunto de penalidades às sujeitas que estão passando pelo processo de afirmação de uma travestilidade. O Relatório Anual do Centro de Referência LGBT Janaína Dutra: Atividades e Perfil da população LGBT Atendida em 2017 aponta que a população de travesti e transexual foi não só a maior parte das pessoas atendidas pelo Centro em 2017 (56% do total de usuários/as), mas é também a que apresenta o perfil de vulnerabilidade social mais agudo. A partir dos dados produzidos pelo único equipamento da cidade de Fortaleza, no estado do Ceará é possível entender que as demandas que são específicas dessa população estão atravessada por direitos básicos para garantir a manutenção da vida. A ausência de direitos básicos como a saúde e emprego potencializa as violências e as violações de direitos, o relatório resalta que 52% do total de pessoas atendidas que declararam não ter renda alguma. 51% dela se encontrava desempregada e/ou sobrevivendo da prostituição, assim como representam 50% das pessoas que informaram viver com HIV/Aids.

O olhar do outro sobre essas diferenças perpassa por uma lógica binária ocidental de enquadramento. Se esses sujeitos socioculturalmente não performam como “mulheres- homens”, necessariamente serão enquadrados como? Mas de que

imaginários de mulheres-homens são essas? Por meio de que lógica esse pensamento está sendo operado? Julgo que é operado na perspectiva de uma interdição, eliminação da existência de outras possibilidades de construções corporais e de outras identidades para além das estabelecidas pelas perspectivas euroamericanas de gênero. Por isso, as travestis não são reconhecidas como terceiro gênero no Brasil. Porque não é uma categoria construída por meio da hegemonia do cisheteropatriarcado ocidental.

Na minha infância, minhas expressões corporais, brincadeiras, performances e sociabilidades eram lidas como "femininas" não no sentido de reconhecimento da minha feminilidade, mas sim de desqualificar minha existência. Xingamentos como "mariquinha", "mulherzinha" e "macho-fêmea" eram muito comuns. Porém, naquela idade, eu não compreendia o que estava por acontecer; sequer sabia o que significava isso, pois estava por ainda me encontrar com o que hoje consigo denominar enquanto uma experiência de uma infância travesti. Assim, o olhar do outro era um lugar de me definir a partir da inferioridade e da discriminação. É nesse sentido que asserto que a minha experiência é individual e também coletiva, no sentido que se conecta para com outras experiências de travestis na infância. Como descrito por Cecilia Froemming e Irina Bacci (2014),

Nas sociedades de dominação masculina, percebemos uma estrutura de vigilância do gênero, que organiza a virilidade em negação do feminino e em rejeição das não heterossexualidade. Nessa ordem, a travesti se constitui na materialização do que pode ser imaginado como *antinatural* na vida social: abandona o privilégio da masculinidade para se construir em outro lugar subalterno. (FROEMMING; BACCI, 2014, 124). (Grifo nosso).

Resgato, na minha memória, que minha infância foi marcada por essa vigilância de gênero que para Gayle Rubin (2017) em “Políticas do Sexo” apresenta um sistema de opressão baseada no Sexo e Gênero para a autora “a cultura popular é permeada pela ideia que a variedade erótica é perigosa, doentia, depravada, e uma ameaça a tudo que existe, desde crianças pequenas até a segurança nacional.” (RUBIN, p.84,85). Exemplifico, a violência de enquadramento de gênero pelo outro dizendo qual seria o meu lugar: violentada, discriminada, explorada e corporificada na dimensão de um corpo em que todas as violências eram permitidas na qual se carrega marcas, traumas e dão contornos à minha experiência enquanto travesti. Eu era explorada, enquanto mulher, no sentido de um enquadramento dessa identidade na perspectiva de assumir papéis de subserviência, assim me tornava mais vulnerável para com os abusos e as violências sexuais.

Hoje, através das leituras e das minhas vivências, consigo perceber que fui violada em todas essas dimensões, em troca de um falso afeto e uma aceitação desse outro que acabava por dizer quem eu era. Então, quando reivindico o lugar de travesti, isso implica numa diferença das experiências das mulheres cisgêneras. Entender que os conflitos que o meu corpo me trazia e me traz são vivências únicas que podem se assemelhar com outras sujeitas que se reivindicam travestis e aproximadas com experiências de mulheres negras que estão no topo da escala de opressão: as minhas vivências como travesti negra me colocam em um lugar de objetificação no que diz respeito a essas opressões.

Don Kulick (2008), em "Travesti; prostituição, sexo e cultura no Brasil", mostra, etnograficamente, como as experiências êmicas que envolvem a vida das futuras travestis estão marcadas por explorações e naturalizadas, segundo ele, como signo (jogos eróticos) pertencentes à identidade travesti:

[...]As travestis recordam-se da infância como um período marcado por jogos eróticos com outros meninos e atração sexual pelo sexo masculino, culminando sempre em uma série de experiências sexuais nas quais a futura travesti é penetrada por um menino mais velho ou por um homem adulto. Depois da primeira relação anal, os meninos que se transformarão em travesti comecam a se vestir como mulher, cada vez mais explicitamente, e dão início a diferentes modificações corporais no sentido de se tornarem mais femininos. (KULICK, 2008. p. 65).

Don Kulick apresenta reflexões importantes para pensar essas primeiras práticas sexuais que nós, travestis, vivenciamos na infância; assim temos como que essas atitudes são, muitas vezes, carregadas de abuso, exploração e violência sexuais, que são romantizados socialmente e no convívio familiar e comunitário. Esses atos abusivos são praticados por pessoas da família e da vizinhança.

Antes de perceber quem sou hoje, houve uma imposição de quem eu era e que partiu do outro. Ou seja: fui colocada num lugar que até então eu sequer sabia que existia. O outro me amarrou nesse sistema binário no sentido de um enquadramento de uma criança “viada”, que teve uma identidade marcada por violências e violações desde a infância. Recordo-me das minhas primeiras experiências sexuais: tinha por volta de catorze anos, quando fui abordada por um primo mais velho. Acho que ele tinha dezessete anos. Nessa época, morava em Santana do Acaraú (CE). Era um dia diferente dos demais. Aconteciam, naquele período, as comemorações da padroeira da cidade. Era um mês de julho e as festas tradicionais de Nossa Senhora Santana eram o momento no qual todos os familiares se reuniam. Tinha acabado de completar catorze anos e

meus avós estavam na produção de farinha. Estavam todos envolvidos nesse processo, que chamamos de farinhada⁷.

Tudo ocorreu na casa dos meus avós. Tinha ido buscar algum objeto, aqui não me recordo bem, quando fui abordada pelo meu primo, que estava em casa se arrumando para ir a uma festa. Como todos estavam ausentes, por conta da farinhada que ocorria em um local próprio (a casa de farinha), coisa de vinte minutos de bicicleta de onde estávamos; meu primo iniciou o jogo da sedução: no intuito de aliciar concluir o desejado (a transa) e a objetificação do meu corpo, a promessa de segredo era algo constante nesse processo inicial. Eu já tinha tido algumas experiências sexuais iniciadas anteriormente, mas com meninos de minha idade, nunca com alguém bem mais velho. O meu medo era de sentir dores, alguém chegar e descobrir o ocorrido. Hoje, percebo que o ocorrido na minha infância, com o meu primo, foi um ato de abuso sexual, pois os contextos de vulnerabilidade, nos quais me encontrava, faziam de mim uma presa fácil para essas práticas serem legitimadas e recorrentemente praticadas.

A partir desse contato sexual, os anos seguintes foram seguidos de experimentos que não cabe aqui ilustrar. Eu nunca gostei de falar sobre as primeiras experiências sexuais, elas carregam dores, ilusões e são sempre um exercício de reviver experiências dolorosas de uma infância e uma adolescência marcadas pela falsa aceitação e abusos camuflados de desejos.

A convivência doméstica e familiar me fez desde muito cedo perceber as contradições e o descontentamento para com aquela realidade, quis fugir de tudo isso e aos dezesseis anos saí de casa e fui ao encontro do candomblé, em que encontrei morada, mas também outros conflitos, e a vivência de comunidade, bem como, o primeiro contato para o entendimento da vivência com o HIV/AIDS; ali foi o meu primeiro contato para com o movimento social e a busca do conhecimento para entender o que era essa síndrome que acometia meus pares. O meu contato com os movimentos sociais é um marco importante na minha afirmação como travesti e negra. No movimento social, encontro referências que me estimularam a ver a educação formal como um complemento para com o ativismo no intuito de formar e produzir conhecimento. Minha formação escolar se deu por completo em instituições públicas e ingressei, em 2012, no Centro de Ensino Superior do Ceará – Faculdade Cearense no Curso de Bacharelado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo.

⁷ O processo de produção de farinha de mandioca. Comum nas famílias do sertão nordestino.

Na minha caminhada acadêmica, sempre tive como eixo orientador e estimulador a produção de conteúdo e os estudos sobre sociedades e suas relações, grupos “historicamente marginalizados”, minorias sociais, dentre outros grupos identitários, para os quais sempre tentei transversalizar essas temáticas nas minhas produções. Em um primeiro momento, na Faculdade, fui proibida de utilizar o banheiro feminino por não ser mulher. Iniciava-se uma jornada que seguiria comigo junto à minha vida acadêmica de ter que me afirmar todos os dias para garantir minha permanência naquele lugar. O nome social era mais um conflito. A sociabilidade com os demais era algo difícil por conta do ativismo. Tinha que conciliar a vida de ativista, trabalhadora e estudante. Tinha, na época, 24 anos e cheguei a faculdade já “transicionada”⁸. Já era Dediane Souza, então diretora do GRAB e Coordenadora das Paradas pela Diversidade Sexual do Ceará. Tinha o ativismo como marca e era referência de liderança do movimento LGBT.

O banheiro, a ausência de nome social e os olhares diferenciados não foram um impedimento de estudar e da imposição da minha presença naquele lugar. Outras travestis e transexuais foram chegando à faculdade e as iniciativas de acolhimento foram surgindo: o nome social no registro acadêmico, o banheiro não era mais um problema e os olhares já estavam familiarizados com a presença dos nossos corpos e nossas identidades.

Porém, gosto sempre de destacar que a minha formação acadêmica foi marcada pela minha vivência enquanto ativista e militante de movimentos sociais e, desde muito jovem, comecei a atuar, tendo por marco minha inserção nos movimentos populares das juventudes, como o Grupo de Juventude Negra Kalunga, que nasceu a partir da articulação do I Encontro Nacional de Juventude Negra, que ocorreu no período de 27 a 29 de julho de 2007 na cidade de Lauro de Freitas na Bahia, após o evento nacional um grupo de jovens negros cearenses passam a se organizar como um coletivo, a composição do grupo era em sua maioria de mulheres e LGBT negros e negras que estavam se organizando para propor um debate de políticas públicas para as juventudes negras da cidade de Fortaleza, as ações do grupo estavam diretamente ligadas a formações políticas, ações afirmativas e autoestima das mulheres negras.

⁸ Transicionada – O exercício de afirmação da travestilidade, já tinha feito implante de prótese mamária, usava cabelos longos e vestimentas destinadas ao gênero feminino de acordo com a lógica ocidental de gênero.

Particpei dos projetos do Instituto de Juventude Contemporânea – IJC, tais como de qualificação profissional, formação de novas lideranças juvenil e foi no IJC que iniciei o meu ativismo nas lutas dos Direitos Humanos LGBT, passei a atuar no controle social das políticas públicas de juventude, nesse período estava sendo construídas as primeiras instancias de controle social das Políticas Públicas de Juventude as PPJ a exemplo do Conselho Municipal e o Conselho Estadual de Juventude e ter participado de vários projetos com a temática de comunicação comunitária por meio da criação e produção de jornais que versavam sobre gênero, Direitos Humanos, vivência e convivência com HIV/Aids, assim como Direitos Sexuais e Reprodutivos. Além disso, trabalhei como pesquisadora na intervenção “Retratos da Fortaleza Jovem”, cujo objetivo era mapear as juventudes de Fortaleza e teve como resultado uma publicação em 2007. Por essa inserção nos movimentos de juventudes, fui Conselheira Nacional de Juventude, representando a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT⁹) no período compreendido entre 2012 e 2016. Em 2014, atuei como Coordenadora do Centro de Cidadania LGBT Arouche, equipamento da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura Municipal de São Paulo. Sou filiada à Rede Trans Brasil desde 2015, na qual atuo como Secretária Geral na diretoria executiva da organização.

Esse percurso de ativismo me proporcionou, desde muito cedo, perceber quem eu sou: negra, travesti, feminista, jornalista, ativista das pautas dos Direitos Humanos, que me levaram a atuar como Diretora do GRAB, no qual coordenei projetos sociais e comunitários junto à população de LGBT no campo do ativismo, controle social, prevenção ao HIV/Aids e outras Infecções Sexualmente Transmissíveis – ISTs, bem como na qualificação profissional de jovens LGBT. Contribuí na coordenação do Centro de Formação para o Turismo Patativa do Assaré – iniciativa do GRAB e financiado pelo Petrobrás. Nessa mesma instituição, estive à frente da organização de oito edições da Parada pela Diversidade Sexual do Ceará, entre os anos de 2008 a 2016.

Em fevereiro de 2017, passei a integrar a equipe da Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual (COEDIV) da Secretaria dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SDHDS) na Prefeitura de Fortaleza, na qual estive até agosto

⁹ A Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos, designada pela sigla ABGLT, cujo nome e fins foram aprovados em 31 de Janeiro de 1995, data de sua fundação, por 31 entidades, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e com duração por tempo indeterminado.

de 2021. Enquanto colaboradora da gestão pública municipal e ativista, contribuí em diversos espaços de discussão acerca da temática de Direitos Humanos, Juventudes, Igualdade Racial e Controle Social. A exemplo, posso citar: formação em Direitos Humanos LGBT para profissionais da Segurança Pública; formação com profissionais da Rede de Assistência Social; formação com profissionais da Educação (Professoras/es e Gestoras/es); formação com profissionais da Psicologia; orientação e contribuição em trabalhos acadêmicos sobre a temática LGBT, bem como em comitês de pesquisas e experiências de metodologias inovadoras para jovens com a finalidade de mudança comportamental para a redução do contágio e transmissão de HIV/aids e outras ISTs. Logo, é, a partir do meu lugar, enquanto travesti e negra, que me proponho a compreender o significado das subjetividades que envolvem os assassinatos de pessoas travestis e transexuais no estado do Ceará, bem como as formas que os veículos de comunicação abordam esse assunto.

Para que tais subjetividades não caiam no esquecimento e na perspectiva de superar o luto, tenho por objetivo inicial compreender as narrativas construídas pelo jornal impresso “O Povo” sobre o assassinato de Dandara Katheryn. Ressalte-se que minha identidade é constantemente apresentada de forma pejorativa pelos veículos de comunicação, por isso, eu, enquanto travesti negra, pretendo ter, na produção acadêmica, mais uma ferramenta de enfrentamento à transfobia e ao racismo para, assim, ampliar a percepção da sociedade sobre a população de travestis e transexuais em especial as negras e os negros.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Tathiane Aquino; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. **A Espacialização da Transfobia no Brasil: assassinatos e violações de direitos humanos em 2021**. Série Publicações Rede Trans Brasil, 6a. ed. Aracaju: Rede Trans Brasil, Uberlândia: IBTE, 2022.

CAVICHIOLO, Anderson. **Dandara Katheryn – a mulher de nome bonito**. 1.ed. Salvador, BA: Devires, 2021.

FAVRET-SAADA, J. (1977) *Les mots, la mort, les sorts: la sorcellerie dans le bocage*. Paris: Gallimard **Introdução** [[Tradução disponível em: FAVRET-SAADA, J (2005). “Ser Afetado”. Cadernos de Campo, 13, p.155-161]

FROEMMING, Cecilia; BACCI, Irina. Notícias de Violência Contra Travestis. In: **Notícias de Homofobia no Brasil**. DINIZ, D; OLIVEIRA, R (Org.). Brasília. Letras Livres, 2014.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro. 1ª.ed. – [reimpressão]. LTC, 2019.

GOMES DE OLIVEIRA, Megg Rayara. **Nem ao Centro, nem à margem: corpos que escapam às normas de raça e de gênero**. Salvador-BA. 1 ed. Editora Devires. 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira**. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p.223-244.

GONZALEZ, Lélia.. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. In: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, No. 92/93 (jan./jun.). 1988b, p. 69-82.

GONZALEZ, Lélia.. **Por um feminismo, afro, latino americano**, Rio de Janeiro – RJ. 1.ed. Editora Zahar, 2020.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. In. *Revista Sociedade e Estado* – Volume 31 Número 1, 2016.

INGOLD, Tim (ed.). **Humanity and Animality**, in *Companion Encyclopedia of Anthropology*, Londres, Routledge, 1994. Tradução: Vera Pereira.

KOFES, Suely; PISCITELLI, Adriana. **MEMÓRIAS DE "HISTÓRIAS FEMININAS, MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS"**. cadernos pagu (8/9) 1997: pp.343-354.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

OYĚWŪMÍ, Oyèrónké. A invenção das Mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Bazar do Tempo. Rio de Janeiro-RJ, 2021.

RUBIN, Gayle. **Políticas do Sexo**. São Paulo-SP. 1ªed. Ubu Editora, 2017.

SPIVAK, G.C. **Pode o subalterno falar?** .Belon Horizonte – MG.1 ed. Editora UFMG, 2010.

VERAS, Elias Ferreira. **Travestis:** Carne, Tinta e Papel. Editora Prismas. Curitiba-PA, 2017.